

Amaral renuncia se consulta ao eleitor vetar pena de morte

O deputado Amaral Netto (PDS-RJ) está disposto a renunciar a seu mandato se a pena de morte não passar num plebiscito em que for julgada, 120 dias depois da promulgação da nova Constituição. A última etapa da luta do líder pedessista em favor da condenação máxima para os chamados crimes hediondos — estupro, seqüestro ou roubo seguido de morte — é uma emenda ao Ato das Disposições Transitórias da nova Carta, propondo que a aprovação ou não da pena de morte seja condicionada a um plebiscito. Amaral prevê que a votação de sua emenda ocorrerá dentro de duas semanas, “com grandes chances de sucesso”.

Amaral cumpre uma promessa de campanha, quando conseguiu reunir mais de 100 mil assinaturas em todo o Brasil, em apoio à sugestão que apresentou primeiro à Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais e mais tarde à Comissão de Sistematização, onde recebeu apenas cinco votos dos 93. No plenário, entretanto, a pena de morte subordinada ao plebiscito — para que a população dê seu parecer — teve apenas 26 aprovações. Agora, o deputado espera que a proposta cresça na mesma proporção e seja, afinal, incluída na Constituição brasileira.

Estatal — A proposta de Amaral Netto assegura ao acusado a mais ampla defesa, com a obrigatoriedade de apelação aos tribunais superiores. Se estes mantiverem a sentença, resta ainda o recurso ao indulto presidencial. Para justificar a adoção da pena de morte, o deputado costuma argumentar que, “em flagrante contraste com a cordialidade do povo brasileiro, há um nítido aumento de perversidade nos crimes praticados”.

“Ninguém se esquece do caso de Analiese Volkman, violentada e morta no Rio de Janeiro, em abril de 1987. Ela saía da faculdade e levaram-na para um subúrbio. Ao seu seqüestrador, ela dirigiria suas últimas palavras: “Pelo amor de Deus, não me faça mal. Eu conheço sua mulher”. Por ter dito isto, ela levou 15 facadas e teve o crânio esmagado. Sabem como o criminoso se justificou? “Não sou dos piores.” Amaral acha que “o Estado não deve sustentar pessoas que têm 100, 200 anos de cadeia”. Para ele, “a pena de morte já existe de parte dos que matam, dos esquadrões da morte e dos justiceiros. Só que no momento, é de iniciativa privada. Eu quero a pena de morte estatal”, defende.